

IBRANTIA (PÚBLICA)  
Class. 0000



O ESTADO DE S. PAULO

*1960 S. Paulo  
5/20/69*

LOURENÇO DANTAS MOTA  
(Coordenador)

**A HISTÓRIA  
VIVIDA  
(III)**

DOCUMENTOS ABERTOS

00 05 36

CP - Brasil. Coleção em-Forte  
Câmara Brasileira do Livro, SP

A História vivida [entrevista] Lourenço Dantas. Mem. coordenador - São Paulo: O Estado  
de S. Paulo, 1981-1982.  
156 p. 15.  
(Documentos abertos)

1. Brasil - História 2. Brasil - História - 1930 3. Brasil - História - 1964-4. Brasil -  
Política e governo - 1930 5. Brasil - Política e governo - 1964 6. Brasil - Vida  
intelectual - História 7. Entrevistas (Literatura) I. Mem. Lourenço Dantas, 1944. II.  
Série.

17 CDD-070.440981

18 -070.449998

17 e 18 -320.98106

17 e 18 -981

17 e 18 -981.06

83 0081

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil. Entrevistas pessoais.  
070.440981 (17.) -070.449981 (18.)
2. Brasil. História. 981 (17. e 18.)
3. Brasil. Vida intelectual. História.  
981 (17. e 18.)
4. Brasil contemporâneo. 1930. História.  
981.06 (17. e 18.)
5. Brasil contemporâneo. 1930. História política.  
320.98106 (17. e 18.)
6. Século 20. 1930-Brasil. História.  
981.06 (17. e 18.)
7. Século 20. 1930-Brasil. História política.  
320.98106 (17. e 18.)

Copyright © 1982  
S.A. O ESTADO DE S. PAULO

## INTRODUÇÃO

*Ao concluir com o presente volume a publicação deste inquérito sobre a História contemporânea do Brasil, cabem algumas considerações sobre o caminho escolhido — o da História oral — que era o mais adequado a um material que se destinava a ser primeiramente publicado em jornal. Como todos os métodos, ele tem os seus pontos fortes e fracos como instrumento de aproximação da verdade histórica. Uma de suas principais características é a captação do pensamento quando ele ainda está em elaboração; e gostaríamos de chamar a atenção para ela, porque nesse caso aparecem com bastante nitidez as vantagens e as desvantagens.*

*O aspecto positivo de se captar o pensamento nessa fase é que se obtém um grau maior de espontaneidade e, conseqüentemente, um grau menor de censura. Não é preciso insistir na importância desse elemento, sobretudo quando estão em jogo questões históricas. A reflexão contida numa exposição oral surge quase em estado bruto. Não se trata de armadilhas para pegar os pontos fracos do entrevistado. Esta seria uma pretensão tola: ele perceberia imediatamente a manobra e a entrevista estaria viciada pela sua atitude defensiva. Além de pouco honesta, essa atitude eliminaria o clima de confiança indispensável para que o entrevistado depusesse com o máximo de franqueza possível. Para isso é preciso evitar a todo custo qualquer tentação de transformar a entrevista numa espécie de interrogatório. Tentação que pode existir especialmente quando se trata de ouvir personalidades que tiveram um papel importante na História. Quando se entrevista uma personalidade desse tipo, no quadro de um inquérito como esse que foi feito, não se busca a verdade, mas a sua verdade. São as verdades de cada um que, somadas, compõem o retrato de uma época. Dentro desse clima, manifestada a opinião espontânea e até onde possível sem censura, nenhuma ressalva posterior pode apagá-la. O entrevistado pode eliminá-la em revisões posteriores (elas existirem), mas o problema estará criado para ele próprio. Se lhe é possível fazer pequenos reparos aqui e ali, não*

não porque os generais, enquanto generais, o queiram — estas colocações parecem-me completamente equivocadas — mas porque a classe média, apavorada diante da possível reemergência de formas muito radicais de exigências sociais, e do receio de que elas prevaleçam por via eleitoral, recuse a implementação de seus próprios ideais democráticos e retorne a uma linha autoritária.

Finalmente, há um quarto elemento de grande importância. É preciso compreender que está havendo dentro das Forças Armadas uma modificação muito acentuada de sua composição. Cada vez mais seus quadros são recrutados nas camadas mais baixas da população. Os militares já foram a expressão da alta classe média, em seguida da classe média média e agora estão saindo em número crescente da classe operária. O número de cadetes que entram para a Academia das Agulhas Negras e que têm residência em favelas já está assumindo uma posição apreciável no conjunto. Nem sempre divulgados, esses dados nem por isso deixam de ser conhecidos. Em resumo, as indicações disponíveis são no sentido de uma forte proletarização das Forças Armadas.

Ora, num Estado autoritário, essa proletarização conduz à seguinte alternativa: ou é possível converter os ex-proletários em titulares de situações privilegiadas por meio de benefícios para a corporação em seu conjunto, tais como promoções muito rápidas e mordomias, ou então — como me parece que ocorrerá no caso brasileiro — a amplitude atingida pela corporação militar torna o seu peso excessivamente grande para que ela possa ser mordomizada em seu conjunto. O privilegiamento apenas das cúpulas, como presentemente se pode verificar, não é motivador de solidariedade nos homens da base. Pelo contrário, ele gera sentimentos de "tenentismo". De maneira que um novo autoritarismo militar, combinado com a impossibilidade de generalizar para o conjunto da corporação as vantagens até agora reservadas para os privilegiados da cúpula, tenderia a criar um "tenentismo" de tipo radical, que conduziria a uma solução revolucionária de esquerda militar.

Uma das coisas que pode acontecer no Brasil é que as formas autoritárias de esquerda venham a ser implantadas, não por conspirações de nosso pobre PC e de forças equivalentes, mas por movimentos de rebeldia de patentes jovens se voltar a haver a concomitância de autoritarismo militar e diferenciação exagerada entre as linhas de base e as de cúpula. Esta é uma coisa sobre a qual certamente os militares estão meditando, por constituir realmente, entre outros, um freio a um novo autoritarismo. Nas atuais condições brasileiras, um novo autoritarismo militar de direita teria fortes tendências inerentes a se converter em um autoritarismo de esquerda e com isso ganhar legitimidade popular e estabilidade.

(18 de maio e 15 de junho de 1980)

## 10<sup>o</sup> importante é aplicar as Constituições

*Entrevistadores:*

*Frederico Branco*

*(texto final),*

*Lúcio Asforo*

*e Lourenço Dantas Mota*

### PONTES DE MIRANDA

*Nasceu no Engenho Mutangá, Alagoas, em 1892, e morreu no Rio de Janeiro em 1979. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Autor de uma vasta obra, na qual se destaca o "Tratado de Direito Privado", em 60 volumes. Pontes de Miranda é um dos maiores juristas brasileiros.*

*O que o levou a estudar Direito? Tradição familiar?*

Não. Meu avô, Joaquim Pontes de Miranda, constituinte da República, foi o autor da primeira obra de Matemática escrita por e para brasileiros. Tanto ele quanto meu pai — somos de Alagoas — preparavam nordestinos que vinham para o Sul fazer concursos que envolviam Matemática. Só meu pai preparou 34 professores, que foram lecionar de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul.

*Então não havia tradição jurídica?*

Não havia. Tanto meu avô como meu pai formaram-se em Direito, pois era uma maneira de ganharem melhor, mas o que realmente os interessava era Matemática. Meu avô fez uma grande fortuna. Quando me casei e fui com minha mulher a Alagoas, ela — que é paulista, paulistana — ficou admirada ao deparar com uma casa de três andares. Era a do meu avô. Bem, criado nesse ambiente eu não poderia deixar de ser influenciado. Meu pai decidiu então que eu iria estudar Matemática e Física na Inglaterra. Só não chegou a comprar passagem. Eu devia embarcar num navio inglês que fazia escala no Recife.

*Mas não embarcou?*

Espere aí. Antes disso, resolvi despedir-me de minha tia-avó. Eu queria tão bem a ela que a chamava de manê-outra. Foi a ela que dediquei a "História e Prática do Habeas Corpus", que escrevi quando ainda era jovem. Nessa dedicatória eu digo que lhe dedico o livro pois a ela devo o meu amor à liberdade e à democracia. Pois fui e ela me disse: "Chico — nunca me chamo de Francisco, para ela eu era sempre Chico —, se fosse no tempo do Império você estaria certo. Voltaria da Inglaterra formado em Matemática e Física, criaria um problema e a

Corte daria uma solução. Mas, Chico, quantos livros estrangeiros você compra? Você não é gastador? E na República só há três espécies de ricos: industriais ligados à política, agricultores e criadores de gado ligados aos bancos e os ladrões. Quando estamos na Casa Grande (tinhamos uma mesa com tantos lugares quanto as cartas de baralho, então sentava toda aquela gente para almoçar e jantar) e se fala num assunto que envolva Direito, você sempre presta atenção. Então, por que é que não vai para o Recife estudar Direito?" Fiquei um pouco surpreso.

*É desista da Inglaterra?*

Na hora. E olhem que eu já falava, lia e escrevia bem em inglês, aos 15 anos. Voltei a Maceió e contei tudo a meu pai. Estava chovendo, ele meteu o chapéu na cabeça e saiu, não me disse nada. No dia seguinte vou à casa de meu avô e conto tudo a ele. "Está bem — disse meu avô —, acho que a dona Chiquinha é muito inteligente." Então, fui estudar Direito.

*E quer dizer que foi o inglês que predominou em sua formação?*

Não, inglês eu já dominava. Foi o alemão.

*Tradição do Tobias Barreto?*

Absolutamente. Do alemão, mas não dele. Tanto assim que em minha obra, mais de trezentos volumes, são raríssimas as referências ou citações de Tobias Barreto. No Recife, fui estudar com um senhor alemão chamado Paul Wolf. Depois prossegui esses estudos no convento dos franciscanos. Gosto muito deles, gosto muito de São Francisco, acho que ainda não se avaliou bem o que ele fez pela humanidade.

*Sabemos que é um especialista em hagiologia?*

Mas, como estava dizendo, fui ao convento a convite de frei Matias. Ele era alemão e disse que eu poderia entrar em contato com frades, não para desenvolver conversação, mas para tratar de outras questões de interesse, inclusive filosofia. Garantiu-me que o meio era científico e que eu o apreciaria. De fato, não só apreciei como aprendi muita coisa com eles. Vocês gostam desse scotch paulista?

*Paulista? Mas é President, escocês.*

É paulista. Eu explico. O Júlio Prestes era um exímio conhecedor de whisky. Eu privei com ele, pois era aparentado com minha mulher e eu sempre o encontrava, às vezes, no Catete. Colocavam uma bandeja com

doses de scotch na sua frente, ele tomava um golinho e identificava imediatamente o produto. Não errava uma vez. Pois, quando já estava eleito presidente, os amigos paulistas quiseram fazer-lhe uma surpresa e encomendaram à Escócia um blend especial, não comercializado. E no dia do aniversário dele ofereceram um cálice e pediram que identificasse o scotch. Ele vacilou: "Não é House of Lords, não é Johnny Walker, não é Dimple... Francamente não sei..." Então todos bateram palmas e explicaram a ele que se tratava de um scotch especial, feito sob encomenda. Pois esse blend acabou tendo tanta aceitação que os escoceses resolveram comercializá-lo. E, como o destinatário da encomenda era o presidente eleito, não vacilaram em chamar de *President* o novo scotch. Deve ter causado espécie na Escócia, pois lá não há presidentes. Quando muito há "Chairman of the Board". Daí a gente poder dizer que se trata de um scotch paulista, feito na Escócia...

*Não sabemos. Mas foi no convento que se tornou perito em hagiologia?*

Não, isso vem de mais longe, do avô de minha avó, um homem curioso, que todos os anos fazia 96 anos.

*Sempre 96?*

É. Em Freicheiras, deitado na rede, ele abria um tratado em latim e lia para mim, em português, as vidas dos santos. Aprendi tanto que depois causei admiração aos frades. Quando eu estava no Recife, às vésperas de minha formatura, ele morreu. Mandei uma carta urgente, para saber a idade de vovozinho, que era como o chamava. Morreu com 107 anos. Aliás, fui um homem privilegiado no que se refere à família. No Recife, estudei Direito de verdade, mas sem esquecer a Matemática. E, sempre que me defrontava com uma questão jurídica, eu a considerava matematicamente. Ainda há pouco, estava preparando um parecer, pedido de São Paulo. Vali-me de uma obra alemã de consulta. A partir de meu fichário, verifiquei que o procurado estava no volume tal, página tal. Comecei a redigir o parecer quando me chamaram para almoçar. Estava uma ventania danada, uma chuva como a de hoje. Pois quando voltei do almoço para completar o parecer, o vento tinha virado as páginas do volume e lá encontrei *Pontes de Miranda*. Pensei que estivesse sofrendo alguma perturbação mental. Mas era realmente o meu nome. Tratava-se de uma referência a um curso que dei em Berlim, em 1930, onde analisava o relacionamento entre Matemática, Filosofia e Direito.

*Quando foi que encontrou a referência?*

Foi há pouco, há coisa de dois meses. Mas isso acontece, pois há 52 anos classifico sistematicamente sentenças, usando a lógica matemática.

O meu "Tratado de Ações" tem sete volumes, o "Tratado de Direito Privado" tem 60 e eu o preparei em pouco menos de 20 anos. Mas o "Tratado de Ações" demandou 52 anos. Trata-se da classificação de sentença a partir da lógica matemática. Há pouco, um especialista italiano que deu um curso em São Paulo veio visitar-me e fez uma porção de perguntas a respeito, gravando tudo. Queria saber o que me levava a fazer essa classificação. Acho que tudo começou com um trabalho que escrevi sobre a Teoria da Relatividade. Einstein pediu-me que desenvolvesse alguns pontos, a despeito das retificações que eu fazia à sua teoria. Desenvolvi e mandei. Ele não me deu resposta. Mais tarde, fui informado, por diplomatas alemães, que Einstein desejava que eu apresentasse meu trabalho à Conferência Internacional de Filosofia, em Nápoles.

#### *Quando foi isso?*

Em 1924. Minha conferência foi publicada em alemão — "Vorstellung von Raume" —, pois o Brasil não estava inscrito. Mais tarde, por meio de uma revista norte-americana, constatei que minha tese tinha sido aprovada por unanimidade.

#### *E a tese tratava da aplicação da Matemática ao Direito?*

Não, versava apenas sobre a Teoria da Relatividade.

#### *Mas como foi que relacionou uma e outra?*

Esperê, chegaremos lá. Einstein veio ao Brasil em 1925, veja, tenho nosso retrato aqui, com data e dedicatória. Ficamos grandes amigos. Quando fui para Nova York, Einstein já estava em Princeton. Era o tempo de Hitler. Almoçávamos juntos com frequência, num restaurante chamado *Canadiram*, em Nova York. Não sei se existe ainda. Era francês e muito bonito, com um cenário dourado. Ali almoçávamos e conversávamos longamente. Expliquei-lhe então que estava começando a fazer a classificação matemática das sentenças, até hoje divididas entre ações de conhecimento e ações executivas. Mostrei a Einstein o que estava fazendo há 16 anos. Ele então me disse: "Olhe, não perca tempo na diplomacia (nessa época eu estava na carreira diplomática, tendo servido na Colômbia e, naquela ocasião, nos Estados Unidos). Nem com assuntos de guerra. Isso que está fazendo é muito mais importante para a humanidade". Naturalmente, fiquei encantado com esse estímulo e prossegui. Nessa ocasião eu já tinha feito a classificação matemática das sentenças brasileiras, das francesas e das alemãs e estava empenhado nas norte-americanas. E meu trabalho estava sendo muito facilitado pelo governo dos Estados Unidos, que colocara à minha disposição a Biblioteca de Nova York, que me enviava todas as obras de que eu necessitava para estudo. De forma que prossegui.

#### *E lá completou o trabalho?*

Bem, um dia recebi um telefonema de Einstein, que informava que eu havia sido convidado para um almoço na Universidade de Princeton. Fui, almoçamos e depois saímos a passear, por alamedas lindas, flanqueadas por árvores maravilhosas. Não me contive e disse que me sentia muito feliz, por estar em lugar tão bonito ao lado do maior cérebro do mundo. Ele protestou imediatamente, disse que o primeiro cérebro do mundo, que situava numa categoria superior à de Leibnitz, estava ali mesmo, em Princeton, e que me apresentaria a ele. Apenas pediu-me segredo, pois o tal professor fazia absoluta questão de sigilo. Tanto o seu cozinheiro como a arrumadeira da casa eram professores de Psicologia. De fato, levou-me à casa do tal professor. A primeira coisa que ele me disse foi: "Albert me disse que sua vocação é a Matemática. Nesse caso, por que está perdendo tempo com Direito?" Respondi que já o conhecia de nome e de leitura, particularmente sua obra publicada em alemão e francês sobre proposições existenciais, declarativas. Expliquei-lhe então que estava dedicado à classificação das sentenças, constitutivas positivas ou negativas. Ele notou que não compreendia um arresto secreto, tal como os praticados na Alemanha nazista, por não se tratar de ação de conhecimento nem executiva, pois o juiz não diz que existe, nem que não existe, nem executa contra A ou B — o juiz só manda. "O senhor diz que nesse caso é preciso criar uma nova classificação — acrescente —, a sentença de mandamento. Pois bem, depois das declarativas, das constitutivas, das condenatórias vem esse arresto secreto a que se referiu. Mas eu já fiz as classificações."

Bem, de qualquer forma voltei para Nova York e prossegui em minhas pesquisas. Foi quando verifiquei que todos os elementos constam das sentenças e que eu estava fazendo a classificação por preponderância. Tinha de pesquisar tudo. Preparei os quadros. Mandei ao Einstein uma carta de três páginas datilografadas. Não sei datilografar. Nunca aprendi a datilografar e a guiar automóvel. Mandei datilografar e entregar ao Einstein. Ele não respondeu. Uns dois ou três meses depois, quando nos encontramos no restaurante, tratei das cartas. Ai ele contou que tinha lido e levado ao seu amigo matemático. Este, depois de examinar o meu trabalho, observou apenas: "Só tinha de ser assim". Assim, quem compulsa o "Tratado de Ações" encontra no final os cinco elementos. Eu tinha chegado a uma conclusão: quando uma sentença tem três, quatro ou cinco declaratividades, faz coisa julgada. Se não tem, não faz. Agora, estão faltando dois volumes dessa obra, que se esgotaram completamente. Pretendo tratar com a *Revista dos Tribunais*, para mandar passar aquilo na nova ortografia e tirar as novas edições que estão sendo demandadas.

*E quem era esse matemático que Einstein achava maior que Leibnitz?*

Kirk, parece. Era um judeu alemão, naturalizado norte-americano. Estava em Princeton, ganhava como catedrático e nunca fez uma conferência que não redundasse numa descoberta. Quando ele morreu, um homem da Saraiva enviou-me um recorte a respeito, de uma revista alemã ou norte-americana. Eles devem ter o nome completo dele, lá na Editora. De qualquer forma, foi depois disso que completei os sete volumes de "Tratado de Ações". Fazer os 60 volumes de "Direito Privado" foi uma coisa, mas esses sete foram outra, muito diferente...

*Fugindo um pouco ao assunto, gostaríamos que tratasse do Direito Constitucional brasileiro. Que teria a dizer a esse respeito?*

É bom. Mas devem compreender, com a ditadura... Eu fiz os comentários às Constituições. Da de 37 restam apenas dois volumes. O resto mandaram queimar.

*Era Constituição mesmo ou Carta Constitucional?*

Não sei ao certo o que era aquilo. Mas em 57 eu pensei que tivéssemos mudado realmente e fiz comentários à Constituição. Veio depois a Emenda número 1 e fiz os comentários. Mas depois não podia mais fazer. Sabe quantas leis e decretos-leis fez o Geisel? Milhares e milhares. Nem fazem idéia. Resultado: uma confusão terrível, pois a própria Constituição não foi respeitada. Agora, estamos na expectativa. E eu estou com 87 anos. E, se me perguntarem como cheguei a tal idade e como trabalhei tanto, respondo facilmente: nunca trai minha consciência.

*Como explica o fato de ser um jurista renomado, reputado, e nunca ter sido realmente benquisto pelos governantes?*

Eles não gostam de mim, mas acontece que não me podem cassar. Nunca aceitei os horríveis atos que aplicaram. Mas agora, de alguma forma, eles parecem estar arrependidos.

*Acontece que não raro atos dessa natureza têm origem num jurista. Há o caso da participação do Francisco Campos na Constituição de 37.*

Francisco Campos dava-se comigo, mas eu dizia coisas muito duras a ele. Nunca cedi a ele uma única obra. Para mim, não existia. Nesta mesma casa, o Maurício de Lacerda, pai do Carlos, pediu-me que falasse com ele, pois achava que tinha tendências comunistas. Eu dava muitas

festas em casa, sempre fui muito alegre, e convidava o Carlos Lacerda. Pois numa delas o Chico Campos estava falando, falando, e aí o Carlos Lacerda o interrompeu para observar: "Puxa, como o senhor ignora Direito!" Desancou o Chico Campos, foi quase um escândalo. Anos mais tarde, quando o Carlos lançou um dos seus livros, compareci, ele agradeceu, deu-me a obra com dedicatória e me disse: "O sr. nunca traiu sua consciência e espero que não a traís nunca".

*Mas não foi convidado a participar de um golpe, na época do Getúlio?*

Ah, isso foi coisa do Góes Monteiro, pouco antes de 45.

*O Góes era seu primo?*

Era. Como o Getúlio, gostava muito de mim. Ambos me tratavam com grande deferência. Mas nunca aceitei nem aceitei ser ministro de uma ditadura, seja ela qual for. O Góes me convidou, dizendo que a junta de governo a ser estabelecida precisava ter um civil, que seria eu. Respon-di-lhe que é preciso que o povo vote e que os eleitos façam as leis, que devem corresponder ao que o povo espera delas. "Ah, Pontes — replicou-me ele — você é mesmo burro!" Ele morava aqui em Ipanema, numa rua com nome de gaúcho.

*Júlio de Castilhos?*

Exatamente. Era onde morava e eu freqüentava a casa dele. Mas, como ia dizendo, dediquei-me ao Direito Constitucional e sempre dei pareceres. Recentemente, dei um parecer a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, contra o Lufalla. É um parecer longo. Curiosamente, os próprios advogados dele não tocaram em meu parecer. Não conheceram o assunto. O Alfredo Buzaid, advogado da Lufalla, sustenta que o ato de confisco foi inconstitucional. Eu digo que não, pois a Constituição de fato proíbe confisco, mas não confisco cautelar, como é o caso. Dei o meu parecer e dormi bem.

*De todas as nossas Constituições, qual lhe pareceu a melhor?*

Olhem, acho que não se trata de estabelecer qual a pior ou a melhor, mas de aplicá-las. Se querem fazer emendas, que as façam, mas é preciso uma Constituinte para emendá-las. Ainda assim, a despeito de todas as pressões, tenho confiança no João Baptista Figueiredo. A lembrança do pai influirá muito sobre ele. Estava no Exército e não podia botar fim à ditadura. Mas agora tem a oportunidade de restabelecer a democracia. Tenho confiança nele.

*Concorda com a anistia ampla, geral e irrestrita?*

Sou favorável à anistia, mas acho que o governo deve submeter alguns casos a exame judicial. Que fazer? Libertar todos os terroristas?

*Essa figura existe, no Direito?*

Para efeitos de Direito Penal. Mas a verdade é que o terrorismo foi apreciado sem que a Justiça fosse ouvida. Os que são apontados como terroristas talvez não o tenham sido.

*E quanto aos condenados pelos chamados crimes de sangue?*

É preciso verificar, judicialmente, as razões do ato. Uma pessoa pode cometer um crime de sangue em legítima defesa, defesa da honra, defesa de terceiros. Assim, não se pode deixar de submeter à Justiça a verificação de tais crimes. À Justiça caberia estabelecer os que serão beneficiados ou não pela anistia. Noutras palavras, os excluídos devem pedir exame à Justiça. O mesmo se aplica a reparações, salários atrasados, etc. Se o anistiado ainda está em condições de exercer suas funções, que as exerça. Caso contrário, tem de ser tratado como aposentado.

*Fala-se muito em país real e país legal. Em sua opinião, há uma diferença muito grande entre um e outro?*

Primeiro, essas expressões não são jurídicas. Real, em Direito, é o relativo à coisa. Direito real, por exemplo, é o de propriedade. Em caso de dúvida, o que se deve verificar é se a causa em julgado está de acordo com a Constituição ou de acordo com a lei. Mas todo Direito deriva de uma regra jurídica e quando se trata de uma regra jurídica é preciso verificar se foi a lei ou a Constituição que incidiu. E, se a lei incidiu e não devia incidir, é inconstitucional.

*O problema que mencionamos — o da existência de um país real e de um país legal — não está indiretamente relacionado com o problema do bacharelismo?*

Eu diria apenas que o Direito brasileiro era magnífico — sob muitos pontos de vista melhor do que o Direito em qualquer outro país do mundo — mas, recentemente, a manifesta estupidez demonstrada pelos legisladores resulta de pretensos juristas e até mesmo dos que fingem ser juristas. Agora mesmo, em relação à Lei do Inquilinato, cometeu-se um erro grave. Se fosse erro de um estudante de primeiro ano de Direito eu daria nota zero. Vou apresentar apenas um exemplo: de acordo com a

tradição brasileira, há existência ou inexistência de um direito. Existe a nulidade ou anulação de uma regra jurídica. Existe também a resolução e a rescisão. Depois vem a denunciação e depois a rescisão. Pois bem, essa Lei do Inquilinato chama tudo de rescisão, quando o vício é redibitório. Resolver é uma coisa, resiliir é outra, decretar nulidade é outra, declarar a existência ou inexistência é outra. Nada disso, entretanto, é rescisão. Só se rescinde o que existe, o que é irresolúvel, o que é irresumível. Ora, chamar tudo de rescisão é mais que burrice, é incapacidade de estudar.

*Está preparando um estudo a respeito?*

Estou. E pretendo falar disso, pormenorizadamente, na Academia Brasileira de Letras, pois o Austragésilo de Athayde pediu-me para fazer uma conferência sobre as idéias jurídicas no Brasil. Pretendendo ressaltar alguns aspectos importantes, do que o Brasil herdou dos visigodos, algo que não foi herdado nem pelos alemães. Herdamos essas coisas importantes via Portugal antigo. Hoje, o Direito português não é mais o que foi, refletindo influência francesa, italiana e outras. No Brasil, porém, persiste essa tradição. Tanto assim que os Códigos Civis não entraram em execução, pois eram monstruosidades. A propósito dos visigodos, por exemplo, eu lembraria que foi deles que herdamos o princípio do casamento com comunhão de bens.

*No caso específico da Lei do Inquilinato não lhe parece que a emoção foi sobreposta à razão?*

Parece que sim. Vejam, fiz um primeiro estudo sobre os processos oficiais de adaptação. O homem adapta-se à sociedade e esta ao homem. No momento, a economia está trepidando muito, afetando até a religião. E não é apenas em economia que se deve pensar, se bem que um amigo meu negue a existência de economistas no Brasil — para ele há apenas egonomistas, gente que pensa mais em si. De qualquer modo, o que se precisa é de estabilização. Isso de fazer três, quatro, cinco mil leis é uma calamidade. Em função da Economia pretende-se mudar tudo. Mas, em se pedindo a um dos atuais economistas brasileiros algo relacionado com ciência, nada se obterá. A maioria deles nada sabe de aritmética, nem de álgebra, nem de geometria. Sabem, sim, fazer discursos e ter os seus retratos nos jornais...

*O que tem a dizer sobre a reforma da Magistratura e do Judiciário?*

Não pretendo criticá-la, pois não estou a par de sua atual situação. Para indicar como seria possível fazer uma boa reforma da Magistratura seria preciso ter um conhecimento de que não disponho, isto é, saber o

número de processos em cada Vara, lugar de cada Vara e de cada Tribunal, número dos juizes dos Tribunais, qual o horário que fazem e a distribuição dos feitos. É um assunto que deve ser estudado a fundo. E, antes de qualquer outra coisa, seria preciso consultar diretamente os ministros do Supremo Tribunal, do Tribunal Federal de Recursos, e de todas as demais fontes, até chegar-se a uma conclusão. Não é possível recorrer à improvisação para fazer a reforma.

*O mesmo se aplicaria aos Códigos?*

Quando se trata de reformar ou até mesmo de emendar Códigos, é indispensável que os encarregados do trabalho sejam capazes. O que se está fazendo é uma calamidade, que jamais ocorrerá no Brasil, pois as tais reformas envolvem até mesmo erros de terminologia. Quase tudo o que foi feito é pernicioso.

*A proliferação das Faculdades de Direito, como essas escolas de fim de semana, não seria responsável em grande parte pelo que está acontecendo?*

Estou de acordo. E digo mais: estou bem a par desse problema. Olhem, quando tenho de estudar coisas urgentes, determino à secretária que ninguém será recebido. Mas há sempre uma exceção. Se é estudante de Direito, recebo. Os estudantes sabem disso e vêm aqui. Quase sempre estão à procura de coisas que os professores disseram e que eles não encontraram nos livros. Respondo a todos eles, até mesmo aos de lá de sua terra, São Paulo. O número de professores que dizem tolices é enorme. Não tratam o Direito como ciência, preferem tratá-lo de acordo com seus interesses, como professores ou advogados, como políticos. Ora, o Direito deve ser encarado e estudado cientificamente. Um exemplo recente de despreparo é o dos que usaram rescisão, quando os casos de que tratavam não envolviam qualquer forma de rescisão.

*Isso também corresponde, em sua opinião, à perda de prestígio do Direito no Brasil?*

Sim, ele está submetido a pressões, interesses diversos. Antigamente não era assim.

*É possível que seja um reflexo da situação que estamos vivendo.*

Espero que o Brasil mude.

*É otimista em relação ao futuro?*

Espero que dentro de uns dois anos a gente esteja em situação bem diferente. Mesmo porque, se isso não acontecer, o povo brasileiro vai fazer sua revolução, inesperadamente. Eu sei, pois costumo fazer muitas perguntas aos jovens. Quando vou ao banco, por exemplo, que fica ali atrás, pertinho, e encontro um garoto na rua, paro e pergunto: "Então, menino, o que você quer ser? Gosta do Brasil como é?" Se o pai ou a mãe dos pequenos estão por perto, eles não respondem. Quando estão sozinhos, respondem. Onde tive as melhores respostas foi no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Estão gravando?

*Estamos.*

Posso contar isso?

*Claro que pode, não há problema.*

Estava no Rio Grande do Sul, dando um curso, e encontrei na rua dois garotos com livros debaixo do braço. Teriam uns 10 e 12 anos. Ao de 10, perguntei: "O que pretende ser, quando crescer?" Ele respondeu: "Engenheiro eletrônico". Já o segundo me respondeu: "O que eu quero ser não, o que eu vou ser". E, quando lhe perguntei o que seria, ele replicou: "Governador do Rio Grande do Sul, para acabar com as porcarias do governo". Depois disso, aconteceu uma coisa curiosa. Fui jantar naquela noite na casa do presidente da Ordem dos Advogados e contei o caso. Algumas pessoas ouviram. No dia seguinte, abro um jornal de Porto Alegre e deparo com o caso publicado. Depois me explicaram que um dos convidados era amigo íntimo do governador e contou-lhe o que eu dissera. E o governador achou tão interessante que mandou publicar.

*Uma boa perspectiva?*

Foi como vi o caso. Depois disso, ao fim de uma aula que dei, um advogado procurou-me para dizer que eu era esperado no domingo, para almoçar na casa do Rossi. Uma beleza de casa. Havia muitos professores, desembargadores. De repente, apareceu um garoto, de uns 8 ou 9 anos, e aproveitei a oportunidade para perguntar-lhe o que queria ser. Ele ficou inibido e fugiu. Depois do almoço, tornei a avistar o menino, que estava deitado no gramado perto da piscina. Desci até onde ele estava e perguntei mais uma vez, achando que longe dos velhos ele falaria. Pois tornou a correr para longe.

*Era inibido mesmo?*

Esperem. Quando voltei ao salão, uma moça procurou-me para dizer que tinha um recado do filho para mim. Explicou-me que o garoto era seu

filho, que o advogado que me havia convidado era seu marido e que o pai dela era o Rossi. Aí ela me deu a resposta do menino, por escrito: "Não quero ser dono de *boutiques* para homens nem de *boutiques* para mulheres, como meu avô, nem quero fabricar armas, pois armas só servem para matar. Nem quero perder tempo e ficar plantado por aqui. Quero convencer o governo a que me entregue o problema do petróleo, para eu mandar para o inferno os que não nos deixam explorá-lo". Isso aconteceu há muitos anos, mas ainda lembro bem. Estranhei apenas aquela história de *boutique* para mulher ou para homem. Então me explicaram que o avô do menino é o dono das "Casas José Silva". Curioso, não é?

*Especialmente em se tratando de criança.*

Sim, mas isso não respeita faixa etária. Nesse mesmo inverno estava fazendo muito frio e fui dar uma volta a pé pelo centro de Porto Alegre. Deparei com uma moça bem vestida, colar, bota até aqui, de livro na mão. Expliquei-lhe que estava fazendo uma pesquisa e perguntei o que pretendia ser. Ela respondeu, sem vacilação: "Plantador e lavrador". Não disse no feminino, não, usou o masculino. E deu-me seu cartão, com dois telefones. Naquela noite, eu estava jantando na casa de Justino Vasconcelos quando ele me disse que queria falar comigo ao telefone. Explicou que era o pai da moça com que eu conversara pela manhã e que se tratava de um dos homens mais ricos do Rio Grande do Sul. E quando cheguei ao telefone, ele disse: "Muito obrigado pela pergunta que fez à minha filha. Eu sempre a amei, mas passei a adorá-la pela resposta que lhe deu". E sabem por que a moça pretendia plantar e lavar? Pois ela me disse: "Sabe, as pessoas vão precisar cada vez menos dessa coisa sórdida que é o dinheiro, vão precisar de comida". Bonito, não é?

*Sim, dessas coisas que dão esperança.*

Em São Paulo eu também faço perguntas. Um menino me disse que pretendia estudar todas as raças do mundo. Respondi com outra pergunta: "Mas você, que é paulista, a que raça pertence?" Ele então retrucou: "A minha não interessa, pois aqui em São Paulo temos todas as raças".

*Quantos anos tinha?*

Uns 9, no máximo. E queria estudar raças. Outro me disse que queria ser investigador de Ciência. Procurei simplificar, perguntando se queria ser cientista. "É isso mesmo — respondeu ele — mas investigando, pesquisando." Lembrei que Campinas é um local em que há muitos

cientistas trabalhando; perguntei-lhe se queria ir para lá. Ele replicou: "É uma de minhas hipóteses".

*Quer dizer que é otimista em relação à juventude?*

Ah, sou. Muito mesmo. Tenho confiança nesses jovens. Esta juventude é muito melhor que a minha ou do que a de vocês. Muito melhor. A gente percebe que todos esses jovens que encontramos na rua estão preocupados com o futuro, muito mais do que a gente pensa. E são os pais e as mães desses jovens que erram muito, por não compreendê-los.

*A que atribui a resistência que se criou ao seu ingresso na Academia Brasileira de Letras? Parece que sua entrada foi realmente algo acidentada, não é verdade?*

Bem, isso remonta a coisa antiga. Há mais de meio século eu já tinha sido contemplado com um prêmio pela Academia. Prêmio de Literatura. Depois, obtive um prêmio de Erudição. Além desses prêmios, o segundo livro que escrevi no Brasil, quando tinha 21 ou 22 anos, foi muito elogiado por José Veríssimo, Rui Barbosa, João Ribeiro.

*Bom respaldo para entrar, não é?*

Claro, e foi o que me levou a inscrever-me. E perdi. Perdi para um ginecologista.

*Coisa pior aconteceu ao Ledo Ivo. Ele diz que perdeu para um tanque, pois seu concorrente era o general Lyra Tavares.*

Boa essa, mas o fato é que perdi mesmo para um ginecologista, o Fernando Magalhães. Mais recentemente, considerando que tenho muitos amigos acadêmicos, alguns dos quais são meus amigos íntimos, decidi inscrever-me novamente. Ao saberem disso, eles me advertiram: "Mas, Pontes, você não sabe que agora há uma candidata?"

*Era a Rachel de Queiroz?*

Era. Respondi que não tinha importância. Se não me quisessem, não me queriam. Fiz várias visitas e muitos acadêmicos adiantaram que eu poderia contar com seus votos. Mas esse Geisel, que foi o pior presidente do Brasil, interferiu. Pessoas que me tinham assegurado voto...

*Deixaram de dá-lo.*

É. Estavam sob ameaça de perda de seus postos, coisas assim.

*Identificou esse núcleo de resistência? Era gente ligada ao Conselho Federal de Educação?*

Adonias Filho. Havia de tudo. Perdi. Ai então decidi que, acontecesse o que acontecesse, voltaria a candidatar-me, a despeito do Geisel. Não esperava mais nada. Assim, limitei-me a fazer a inscrição, não visitei mais ninguém e segui para Brasília, quando me convidaram a ser patrono de uma turma de Direito. A festa foi uma maravilha. Foi na Universidade de Brasília e, no lugar que me haviam reservado, meu nome estava escrito com letras deste tamanho: Pontes de Miranda. Pois, no dia seguinte fomos à missa mandada celebrar pelos formandos. Um frade irlandês fez o sermão e começou por dar a notícia de minha eleição para a Academia. Foi assim.

*Dizia que no Brasil o Direito, como o Jornalismo, foi vítima de uma proliferação excessiva, de uma troca de qualidade por quantidade? O que funciona por este país afora, sob a rubrica de curso superior, é uma enormidade.*

Digo mais ainda. A maioria fica lendo livros de autores franceses e italianos em lugar de estudar devidamente as origens do Brasil, de ir a fontes como Pimenta Bueno. Este paulista foi um dos maiores juristas de seu tempo, não apenas do país, mas do mundo. Em termos de Direito Internacional Privado, nem nos Estados Unidos foi feito o que ele fez. Pois vejamos: fui convidado a dar um curso em São Paulo. Chego a Academia e vejo os retratos, encabeçados pelo de Clóvis Bevilacqua. Observei então aos que me recebiam: "Com licença, antes de partirmos para assuntos agradáveis, permitam-me tratar de um assunto desagradável. Onde está o retrato do maior jurista nascido em São Paulo?"

*E eles?*

Ficaram perplexos. Então, falei-lhes durante uns quinze minutos sobre a importância da obra de Pimenta Bueno. No dia seguinte, compareci para dar a aula e encontrei na parede o retrato de Pimenta Bueno. Ele foi um homem cuja vida é indecifrável. Não se sabe, por exemplo, quem foram seu pai e sua mãe.

*São dados como desconhecidos.*

De fato, não se sabe quem foi a mãe nem quem foi o pai dele. E um homem genial, como era, imaginem. Não é mais lido. Como aconteceu com o Dirceu de Freitas.

*Foram esses os autores que mais o influenciaram, no início dos seus estudos?*

Estão entre os que me influenciaram. Hoje, em lugar dele, os lidos são os italianos.

*Além deles, foi também influenciado por outros juristas brasileiros conhecidos?*

Lí-os todos e não deixo de citá-los. Na verdade, eu os cito tanto como os alemães e os antigos portugueses. Na verdade, o que esses portugueses antigos fizeram é inacreditável. Com menos de um milhão de habitantes, Portugal projetou-se no mundo, dominou a África e parte da Ásia. Tenho os livros deles. Pena hoje não podermos subir à biblioteca; as paredes estão sendo pintadas e tudo está numa grande desarrumação.

*É curiosa a restrição que faz aos autores italianos. Tem realmente razão para fazer-lhes restrições?*

Não. Digo mais: alguns deles são bons, outros maravilhosos.

*Mas, nesse caso, como se explicaria a sua maior inclinação pelos mestres alemães?*

Bem, se eu ficasse no italiano não faria nada, absolutamente nada, sobre Direito e especialmente Direito Processual. O nosso antigo Direito Processual assim como o alemão continuam sendo grandes.

*Dai o fato de ter-se afastado dos autores italianos, em termos de Direito?*

Sim, eles ficaram na retórica e na discursaria. Os que têm influência italiana são os que fazem discursos, não aprendem coisa alguma, são os que andam por aí falando em rescisão.

*De qualquer forma, deve considerar fundamental o seu prévio conhecimento de alemão, para o desenvolvimento dos seus estudos.*

Estudei ainda no Recife. Dediquei-me muito ao alemão. Mas depois veio Hitler, que me aborreceu. Continuo recebendo livros alemães, revistas alemãs. Mas não é mais a mesma coisa.

*Acha que a partir de Hitler a Alemanha perdeu muitas de suas antigas características?*

Não chego a fazer essa crítica, mas o fato é que a Alemanha de hoje não é mais o que foi, o que era.

*Por outro lado, em sua formação, parece ter sofrido também uma grande influência anglo-saxônica.*

Eu diria que o Direito norte-americano é inglês. Essa influência pode ter-se feito sentir no âmbito do Direito Constitucional, pois o Direito Privado norte-americano não é lá essas coisas.

*Varia de Estado a Estado.*

De Estado a Estado. E mesmo a Inglaterra não tem um Código como o do Brasil. Nós temos. Mas um dia quero ter o prazer de mostrar-lhes as obras dos portugueses antigos. Pois há muitos anos, antes da guerra, eu estava em Berlim e fui à casa de um conhecido jurista. Na biblioteca dele vi a obra de um português antigo, um tratadista, que eu procurara em vão em Portugal, nos antiquários da França e da Holanda. Pois ele me disse: "Tenho. E, quando quiser, está à sua disposição, para ler ou tomar notas. Se eu não estiver em casa, será atendido da mesma forma, por minha mulher ou minha filha". Fui lá algumas vezes, tomei várias notas, que posteriormente usaria em citações. Muitos anos depois, fui avisado, aqui no Rio, de que uma senhora norte-americana viria visitar-me. Sabem o que veio fazer? Pois quando o jurista estava à morte, apontou o livro e disse: "Levem para o Pontes de Miranda".

*Mandou entregar?*

Foi. A moça veio com o marido, dos Estados Unidos, para entregar-me o livro. Olhem, é incrível, deste tamanho, desta largura, tem seiscentas e tantas páginas. Antigamente se escrevia muito e bem. Tenho aí, entre outros, o Pedro Barbosa. Em se querendo um Tratado de Execuções...

*Século XIX, não é?*

Justamente. Mas, em meu entender, o melhor Tratado de Execuções, em todo o mundo, ainda é de português, escrito em latim, três grossos volumes: Silvestre Gomes de Moraes.

*Parece nome de alagoano, Silvestre, Tratado de Execuções?*

Pois é, tenho aqui em casa. Pena estarem pintando a biblioteca; além da desarrumação, o cheiro de tinta é horrível.

*Não lhe parece que há um certo exagero na centralização da Justiça?*

Qualquer organização do Judiciário depende muito de uma cuidadosa verificação:

*Mas essa centralização não é exceção. Os poderes da União, por exemplo, crescem dia a dia, ao passo que os Estados se tornam cada vez mais fracos e mais dependentes da União, não é mesmo?*

Não há dependência do governo federal. Há dependência da ditadura. Temos de acabar com ela. Quando não houver mais ditadura, o Senado, a Câmara e as Assembléias dos Estados vão exercer grande influência. Em todos os setores.

*Atualmente, a parte do leão da arrecadação, em todos os níveis, é absorvida pela União.*

Aprovaram impostos demais. Passaram muitos, como esse de Circulação, que é uma burrice, coisa que nunca houve no Brasil. Não é possível que produtores que se situam a pequena distância do Rio de Janeiro, como os de São Paulo, não possam vender aqui, livremente. O mesmo se aplica ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo.

*Em lugar de unir o país, esse imposto não contribui para desuni-lo?*

É, mas em compensação criaram o tal porto livre de Manaus. Se alguém traz alguma coisa, diretamente da Europa ou dos Estados Unidos, paga impostos. De lá, o que se compra sai diretamente para o Rio de Janeiro, para venda sem impostos.

*Trata-se de uma contradição, em seu entender?*

Justamente, mas agora, se me permitem e se quiserem esperar-me um pouco, vou subir. Com licença, são sete e trinta, está na hora da minha novela.

(5 de agosto de 1979)